

Denúncia expõe Ratinho Jr. em manipulação de índices educacionais no Pisa

Dossiê aponta que a Seed submeteu estudantes a uma rotina de treinamento, excluiu alunos(as) de baixo rendimento e pressionou educadores(as) por resultados

O dossiê aponta que a secretaria, por meio do “Projeto InvestigaÇÃO”, submeteu cerca de 5 mil estudantes dos 1º e 2º anos do Ensino Médio, matriculados nas escolas selecionadas na amostra do Pisa, a uma rotina de 8 horas semanais de treinamento e simulados virtuais dentro de plataformas contratadas de Big Techs, desenhados para reproduzir a prova internacional.

Segundo a denúncia, a prática viola a Norma 5.2 do manual técnico do Pisa, que proíbe expressamente “sessões de treinamento formal”, simulados no formato da avaliação ou aulas preparatórias com o objetivo de inflar notas. O documento alerta expressamente que a familiarização prévia com os materiais do teste, ou o treinamento específico para ele, compromete significativamente a consistência e a validade dos dados.

Além do treinamento proibido, a apuração aponta quebra do sigilo da amostra (Norma 5.5) com a divulgação da lista de colégios sorteados, o que culminou na exposição de estudantes menores de idade durante testes em tempo real para peças publicitárias do governo, em descumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Consta ainda no dossiê a acusação de exclusão de estudantes com baixo rendimento ou histórico de faltas para aumentar artificialmente as médias das escolas amostradas.

Nomeada como “limpeza amostral”, a ação foi operada em três frentes: o encaminhamento de alunos(as) com defasagem idade-série para exames estaduais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) antes da aplicação do Pisa, a realização de transferências compulsórias e o cancelamento de matrículas com desativação de registros de alunos(as) com baixa frequência diretamente no sistema Registro de Classe Online (RCO).

Foto: Altvista / APP-Sindicato



O educador relatou em seu dossiê, que Roni Miranda e a Seed arquitetaram uma estrutura deliberada para manipular os índices educacionais do estado.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed) foi denunciada junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Ministério da Educação (MEC) sob a suspeita de inflar o desempenho de estudantes paranaenses no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2025. O documento acusa a Seed e o Secretário de Educação, Roni Miranda, de arquitetarem uma estrutura deliberada para manipular os índices educacionais do estado.

As diretrizes internacionais do Pisa (Normas 6.1 a 6.8) estabelecem um teto máximo rígido de 5% para exclusões acumuladas, autorizadas apenas sob critérios médicos ou linguísticos severos. A remoção de alunos(as) vulneráveis corrompe a representatividade da amostra e invalida a comparabilidade científica dos resultados.

Diante das irregularidades apontadas, o dossiê requer o afastamento cautelar imediato do Secretário de Estado da Educação, Roni Miranda, das chefias dos Núcleos Regionais de Educação (NREs) e dos(as) coordenadores(as) do “Projeto InvestigaÇÃO”, a fim de interromper as práticas ilegais e conter a alteração ou destruição de provas digitais.

O pedido exige a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) com individualização de condutas para apurar responsabilidades por dolo e improbidade administrativa, além do envio de uma notificação oficial de não conformidade diretamente à Diretoria de Educação da OCDE e ao Ministério da Educação.

Reconhecimento facial nas escolas é suspenso no Paraná

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) determinou a suspensão imediata do uso de reconhecimento facial e do aplicativo “Escola Paraná Biometria” para registro de frequência na rede estadual de ensino. A medida preventiva representa uma grande vitória para a comunidade escolar, fruto da atuação da APP-Sindicato em conjunto com a pesquisa desenvolvida pela professora Carolina Israel, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e pelo professor Rodrigo Firmino, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Além da violação de direitos e da ineficiência apontada por professores(as) e estudantes nas salas de aula, a medida envolve cifras milionárias. O serviço foi contratado junto à empresa Valid Soluções S.A. via Pregão Eletrônico (nº 1349/2020), com contrato assinado em setembro de 2022. Dados do Portal da Transparência do Estado do Paraná indicam que os valores iniciais, somados aos aditivos contratuais, já ultrapassam R\$ 12 milhões para prestação de serviços de análise, processamento e armazenamento das imagens biométricas.

O governo do Estado tem o prazo de dez dias úteis para comprovar que interrompeu definitivamente o tratamento de dados biométricos em todos os sistemas e escolas. O processo foi encaminhado para a Coordenação-Geral de Sanção para avaliação de processo administrativo sancionador contra a gestão estadual, além de ter sido enviado ao Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) para a adoção das medidas cabíveis.

Receba notícias da APP no seu Whatsapp ou Telegram

Faça parte da Rede APP e fique sempre informado(a)! Acesse o QR code ao lado para mais informações:

